

# **POR UM SINASEFE-IFBA PLURAL, TRANSPARENTE E DEMOCRÁTICO PARA FORTALECER A LUTA PELA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA COM QUALIDADE E A DEFESA DOS INTERESSES DOS SERVIDORE(A)S.**

## **1. A conjuntura a partir da nossa história**

Não é de hoje que o movimento da classe trabalhadora brasileira vem buscando organizar seus espaços de atuação para conquistar direitos. Grande número de sindicatos surge no Brasil já no começo do século passado, a partir de 1903, principalmente para buscar redução de carga horária e melhores condições de trabalho.

No período de 1850 a 1930 existiram várias experiências, variadas formas de organização e inúmeras correntes ideológicas. Ao longo desse tempo encontramos “Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo” de caráter beneficente, associações pluriprofissionais, sociedades por ofício, sindicatos por indústrias ou ramos de atividade e aquelas de caráter sindical denominadas centro, liga, grêmio, associação, sociedade, união, seguidas da denominação “de resistência”.

Há registros de greves no Brasil desde meados dos anos 1850. No início do séc. XX surgem os sindicatos, principalmente sob influência do pensamento anarquista trazido para o Brasil pelos imigrantes europeus. Em 1906 foi realizado I Congresso Operário Brasileiro, quando se criou a Confederação Operária Brasileira (COB).

Uma nova onda grevista ocorre com a primeira greve geral de 1917, feito repetido dois anos depois. Além dos anarquistas, atuavam no movimento operário os socialistas, os reformistas, os católicos, o sindicalismo de ação direta ou revolucionário e, a partir de 1922, os comunistas. As correntes de esquerda tinham as greves como o instrumento de luta.

Pela luta e organização o Estado passa a atuar na questão social, primeiro com o fim do regime escravista. O segundo na criação do Ministério do Trabalho em 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, que procurou conter o operariado fazendo uma política de conciliação entre capital e trabalho. Em 1931 é criada a Lei Sindical (Decreto 1977). Internacionalmente acontecem a Revolução Russa e da Criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919.

Após a abolição da escravidão, o Estado oscilou entre o atendimento de algumas demandas e repressão. Depois vieram também as férias de 15 dias, aposentadoria aos trabalhadores da Central do Brasil e a regulamentação do trabalho infantil, que na prática não teve efetividade alguma. Contra os trabalhadores prisão, deportação, enforcamento, expulsão de estrangeiros (mais de 500) e fechamento de jornais.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, se via multiplicar o número de trabalhadores nas cidades. Isso se intensifica na década de 1930 com o crescimento da industrialização e do operariado. É nesse processo de intensificação da organização operária, de mobilizações de trabalhadores e de novas respostas do Estado que em 1943, é promulgada a CLT, que consolidou a legislação sindical. Fica instituído o sindicalismo de maneira vertical, com sindicatos, federações e confederações. Surge aí um dos maiores empecilhos à livre organização: a investidura sindical imposta pelo Ministério do Trabalho e que proibia a organização horizontal por central sindical.

De 1940 a 1953 a classe dobra seu contingente. São cerca de 1 milhão e 500 mil trabalhadores nas indústrias e as greves tornam-se constantes. Em 1945 o movimento popular, sob o comando do PCB, conquista a anistia ampla e irrestrita, libertando os presos políticos. Nesse mesmo ano foram realizadas eleições presidenciais; a convocação de Assembleia Nacional Constituinte; desapropriação de empresas estrangeiras lesivas aos interesses nacionais; reataram-se as relações diplomáticas com a URSS; Vargas foi deposto; criou-se o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) contra a estrutura sindical vertical e pela liberdade sindical.

No final da década de 1970, ainda durante a ditadura militar brasileira, ganhou força o chamado “novo sindicalismo”, que teve contribuição decisiva na derrota da ditadura. O novo sindicalismo buscava reconstruir o movimento sindical desde as bases e derrotar o sindicalismo pelego que estava entregando os direitos dos trabalhadores e puxando a luta pra trás. No final dessa década surgem grandes greves de metalúrgicos que se espalham pelo país, e com isso uma nova fase de reconstrução dos espaços de organização do movimento sindical. Muitos sindicatos tinham sofrido intervenção durante a ditadura, suas lideranças haviam sido presas e mortas, e era necessário reorganizar a luta para enfrentar as arbitrariedades da ditadura.

É na sequência desse movimento que os trabalhadores optam por construir uma central que pudesse representar todos os trabalhadores. É realizado em 1983 o 1º Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que resulta na formação da CUT - Central Única dos Trabalhadores, combativa e ao lado dos trabalhadores. No entanto, no começo dos anos 1990, a CUT passa a participar da política econômica em vigor, por meio das câmaras setoriais; recebe recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para fazer qualificação profissional, abandonando a formação política; burocratiza suas instâncias. A CUT se torna aliada de um suposto projeto de desenvolvimento nacional, abandonando a sua razão de existir que deveria ser a luta por um projeto do povo trabalhador e as proposições iniciais de rompimento com a estrutura sindical.

Com os governos encabeçados pelo PT, a CUT se torna alinhada a estes, e, pois a prática da conciliação já se tornou estrutural. A partir de 2003, com a postura diante da Reforma da Previdência promovida pelo governo petista parte do movimento sindical entende necessário sair da CUT. Em 2004, esses setores organizam o Encontro Sindical Nacional, em Luziânia/GO, que criou a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

Em 2008, numa proposta construída entre a CUT e as demais centrais pelegas, o Governo Lula aprovou a Lei 11.648/2008 que tratava do “reconhecimento” das centrais sindicais. A lei estabeleceu regras que deveriam ser cumpridas pelas centrais que quisessem ser “reconhecidas” e, assim, poderiam participar da partilha do imposto sindical. Hoje existem 06 centrais no Brasil que obedecem os critérios da lei (que, portanto, recebem o imposto sindical - CUT, FS, UGT, CTB, NCST, CSB), levando a maior parte do movimento sindical para o pântano da colaboração de classe, em prejuízo da organização da massa de trabalhadores e do enfrentamento que é necessário ser feito contra patrões e governos. Existe outro tanto de centrais que não são “reconhecidas”: algumas porque não cumprem os critérios, outras porque não querem cumprir e optam por ser independentes.

Para a organização da classe trabalhadora, um de seus grandes princípios deve ser que somente a classe trabalhadora pode decidir por suas pautas! Assim como não cabe aos trabalhadores decidir a pauta do movimento estudantil, também não aceitamos a intervenção de outros setores nas decisões da nossa classe.

## **2. A organização e a estrutura sindical brasileira atual e suas limitações**

A constituição do sindicalismo corporativo no Brasil teve início com o Decreto 19.770, de 1931, um arcabouço jurídico de inspiração corporativa emanado da *Carta del Lavoro* de Benito Mussolini e se completou com a promulgação da CLT. Absurdamente, quem decide por qual sindicato cada trabalhador será representado, é o próprio Ministério do Trabalho, logo não há plena liberdade sindical no Brasil.

A CLT disciplinou que a representação dos sindicatos seria por categoria profissional e abrangência territorial para preservar a “unicidade sindical” - o princípio que proíbe a criação de mais de uma entidade sindical na mesma base territorial.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil adotou o princípio da liberdade sindical em seu ordenamento jurídico, porém, esse princípio não foi adotado de fato, pois a unicidade sindical, a organização por categoria, a investidura e a contribuição compulsória são impeditivos para que essa liberdade se efetive.

### **3. A conjuntura e o papel de uma Central da Classe Trabalhadora para representar os trabalhadore(a)s do SINASEFE-IFBA**

Nós do Coletivo 1º de maio defendemos uma Central Sindical que deva ter em seu programa uma clara posição contra o golpe de Estado que hoje está liquidando os direitos e a soberania nacional, contra todas as políticas conservadoras implementadas pelo grupo corruptos e vendilhões da pátria liderados pelo famigerado Michel Temer, contra as privatizações, contra as terceirizações, contra a reforma trabalhista e previdenciária, pela auditoria da dívida pública, pela revogação da EC 95 que congela os investimentos públicos por 20 anos, contra o desmonte da Petrobras e a entrega ao capital internacional de nossas riquezas petrolíferas localizadas ou não no pré-sal, e na efetiva atuação para a construção da unidade em cada uma das lutas desenvolvidas pela classe trabalhadora como protagonista. Essas são posições coerentes com as principais deliberações do SINASEFE sobre conjuntura.

Atualmente sabemos que há uma crise cíclica do capitalismo típica de períodos que são geram queda nas taxas de lucro e faz um movimento que impõe retrocessos nos direitos de trabalhadores em todo o mundo.

No Brasil, o golpe de 2016 acelera um ciclo de política de ajuste fiscal instalado a partir do início de um processo de instabilidade política e institucional com a manipulação das mobilizações de junho de 2013. As eleições de 2014 já acontecem em clima de tensão. A política externa dos EUA e das multinacionais e bancos internacionais para a América Latina já havia mudado, cortando-se o investimento e desestabilizando a região como um todo. Essas políticas vêm alcançando sucesso devido ao uso de diferentes táticas em alguns países latino-americanos, tais como Equador, Brasil, Venezuela, Paraguai e Honduras, tendo nesses dois últimos países iniciado esse processo de ataques as economias domésticas nacionais da região.

Em um desenho de nova organização da classe trabalhadora, que se legitima com a aprovação da Reforma Trabalhista e das terceirizações, mas que já vinha se aprofundando em um ciclo de desindustrialização, “pejotização”<sup>1</sup>, precarização e desregulamentação do trabalho consolida uma deslocamento da organização da classe trabalhadora para o setor de serviços, sem local de trabalho ou horários muito definidos, com remuneração variável, fragilização do reconhecimento como categoria, alteração na possibilidade de organização sindical.

---

<sup>1</sup> A denominação “pejotização” tem sido utilizada pela jurisprudência para se referir à contratação de serviços pessoais, exercidos por pessoas físicas, de modo subordinado, não eventual e oneroso, realizada por meio de pessoa jurídica constituída especialmente para esse fim, na tentativa de disfarçar eventuais relações de emprego que evidentemente seriam existentes, fomentando a ilegalidade e burlando direitos trabalhistas.

O Coletivo 1º de maio entende estar aí o grande desafio para o próximo período na organização sindical. Como organizar trabalhadores dispersos, que não são fixos em uma categoria, que trabalham em várias empresas no mesmo espaço, como organizar uma greve no setor de serviços com milhares de locais de trabalho, como convencer o microempresário de que apesar de ele possuir um CNPJ ele é apenas mais um trabalhador explorado e sem direitos?

Do ponto de vista da política geral consideramos necessário participar das mobilizações de maneira cada vez mais unitária na defesa da soberania e da democracia (mesmo reconhecendo que o que tínhamos era extremamente precário e não alcançava a maioria da população), que é preciso lutar contra a consolidação do golpe e seu programa, incluindo a desnacionalização e privatização, o ajuste fiscal, as contrarreformas trabalhista e da previdência (a qual impomos derrota parcial, mas não foi abandonada pelo golpe), o ataque às políticas sociais e além do desmonte dos serviços públicos, como saúde, educação, seguridade social, políticas habitacionais, de combate às opressões e de defesa do meio ambiente.

Item fundamental no programa do golpe é o aumento da repressão política e da intimidação e redução de direitos e garantias individuais representado de maneira clara, entre várias outras ações, na política de intervenção nas Universidades e Institutos Federais com as operações espetaculares da Polícia Federal e pela intervenção militar no Rio de Janeiro e o aumento da presença de generais do exército nos cargos de alto escalão do governo ilegítimo.

As manifestações do último 8 de março com a Greve Internacional de Mulheres de caráter anticapitalista, antigolpista e na defesa por direitos, além, é claro, do combate à violência e na defesa da autonomia das mulheres, foram fundamentais para fortalecer o ciclo de lutas deste ano, iniciado com as mobilizações do dia 19 de fevereiro.

As eleições cumprem papel importante na definição dos rumos do golpe. Temos clareza do papel tático importante na defesa do direito de Lula ser candidato, ainda que a maioria de nossos militantes estejam engajados na construção de um Programa para o Brasil. Pois, entendemos que o que está em jogo é a defesa do princípio constitucional fundamental, o Estado de Direito, e que os magistrados ligados a Operação Lava-Jato e parte do Poder Judiciário vêm praticando abusos e excessos e atuando de forma parcial.

Em toda a análise ainda nos é claro que não há garantias de que haverá eleições presidenciais neste ano. Também é claro que os maiores problemas da classe trabalhadora brasileira e mundial não terão solução por via institucional e de eleições fraudadas sob domínio de governo golpista. Tampouco há dúvidas de que haverá um

processo de afirmação ou inflexão na implantação do golpe a partir do que ocorrer com esse processo eleitoral.

A luta do Coletivo 1º de maio é contra as políticas de ajuste fiscal que vinham sendo implantadas desde o governo Dilma e também contra a regressão social que Temer vem impondo nos seus 2 anos de governo. Nosso Coletivo se propõe a se constituir num espaço de organização que, ao mesmo tempo em que não cede à conciliação de classes com governos e patrões, não se deixa também atrair pelo esquerdismo e nem pelo discurso fácil dos setores que ajudaram a impor o golpe.

#### **4. Desfiliação da Seção Sindical SINASEFE-IFBA da CSP-CONLUTAS**

Diante do exposto acima, fica evidente que hoje vivemos uma conjuntura política extremamente desfavorável para a classe trabalhadora e o País, com o risco real do aumento do neofascismo e avanço de setores mais radicais da extrema-direita. Em meio a tudo isso, vimos a Central Sindical- CSP Conlutas - caminhar no sentido contrário dos trabalhadores, pondo-se como a vanguardista, que detinha a melhor análise dos fatos e do momento, isolou-se, atacou todos os segmentos de uma esquerda tão plural e diversa como a brasileira.

É válido lembrar que no Golpe Parlamentar de 2016 estive ao lado dos que vestiam as camisetas da Nike-CBF nas ruas, apoiou e patrocinou o golpe no seu solipsismo, silenciou-se e classificou tudo que estava acontecendo naquele ano como mero resultado das tomadas de ações dos governos do PT com a saída estanque de conciliação de classes e governabilidade; ignorou a base social que ainda havia nestes governos e as políticas de combate as opressões, dentro da lógica do Estado burguês com o discurso inócuo e frívolo aproximou-se da direita raivosa e odienta ao pedir o Fora TODOS, mas que recaía somente sobre Dilma Rousseff e favoráveis a uma condenação judicial do Presidente Lula.

Em 2018, a CSP mais uma vez nos surpreende negativamente, como vem fazendo, e através de sua direção nacional emite nota 'parabenizando' as prisões da Lava-Jato e por tabela referendando com louvor a atuação de juízes ignóbeis como Sérgio Moro, a CSP não se contenta com essa atuação vexatória e vai além e nos obriga a passar, por sermos filiados à tamanha entidade absorta, pelo apoio a prisão do Lula, manifesta-se contrária em atos pela liberdade do Lula, e a minoria de oposição dentro desta Central, que é composta justamente pela maioria dos representantes do SINASEFE que lá estão, tentam remediar, tergiversam e não sabem como esconder o papelão de laçao imperialista que a CSP faz ao se posicionar dessa forma apoiando a condenação e a execução da prisão do Lula.

A CSP mantém-se com leituras equivocadas, no seu último Congresso em 2017, aprova resoluções de conjuntura internacional contrárias a Venezuela, a Cuba, atacam frentes de esquerda-socialista em países tradicionalmente conservadores, a CSP reforça o seu desserviço a classe trabalhadora não só do Brasil mas também nestes países.

No âmbito da Seção Sindical SINASEFE – IFBA, setores ligados a minoria dentro da CSP manobram para a qualquer custo filiar a nossa entidade a CSP, usam de expedientes inadequados, marcam uma assembleia de última hora nos idos de Abril de 2017 com proposta de filiação a CSP Conlutas, a base ao saber revolta-se e ruma-se à Reitoria, e em votação acachapante derrotam a proposta de filiação numa Assembleia com quase 80 filiados, os derrotados propõem que haja debates nas bases, nos campi, rodadas de assembleias, com a proposta de filiação, porém nada disso foi feito, passa-se meses e não se promovem debates com essa temática proposta pelos derrotados na Assembleia. Nos idos de dezembro de 2017 a Direção da Sessão Sindical SINASEFE-IFBA convoca uma assembleia geral com pauta específica, mês de baixa participação por conta de festejos de fim de ano, promovem no Campus Salvador; os derrotados aproveitam o clima de poucos presentes e todos os que estão são ligados a esse grupo político, e no ponto ‘O que ocorrer’ incluem a proposta de filiação a CSP Conlutas, sem ter tido qualquer forma de debate anterior sobre um tema tão sério e delicado e resolvem filiar de forma açodada e irresponsável a Sessão Sindical à CSP Conlutas.

Nossa proposta frente a tudo que foi exposto é tão somente corrigir esse erro e propor a correção desse vício com a imediata desfiliação da Seção Sindical SINASEFE-IFBA à CSP Conlutas, e durante o tempo que for necessário promover o debate sobre as Centrais Sindicais, convidando todas as existentes, inclusive a própria CSP Conlutas, promovendo debates regionais nos campi e nas bases, e inclusive valendo-se do direito de não permanecer filiado a nenhuma central. Nesse momento, consideramos essa a proposta mais coerente e ~~e-egente~~ ao papel democrático e de lutas de uma Seção Sindical que diz-se pautar pelo debate franco e leal com suas sindicalizadas e sindicalizados.

Resoluções:

1. Que o SINASEFE-IFBA mantenha e aprofunde a construção unitária de mobilização contra o golpe e seu programa, especialmente quando vierem os momentos de mobilização unificada, preferencialmente os organizados pelo conjunto das centrais e fóruns e frentes de mobilização popular, como o Fórum Nacional dos Sindicatos dos Servidores Públicos, a Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo.
2. Que a categoria organizada por meio do SINASEFE-IFBA ou autonomamente participe ativamente dos debates sobre as mudanças na organização da escola,

especialmente no que tange à implantação da Reforma do Ensino Médio, na defesa do atual universo curricular mínimo e do ensino médio técnico integrado.

3. Que o SINASEFE-IFBA proporcione ou estimule análises de conjuntura profundas, incluindo a conjuntura internacional, com especialistas e estudiosos coordenando de maneira a instrumentalizar a categoria para fazer a análise e deliberar a prática política a partir de compreensões profundas sobre a realidade atual da classe e do país, permitindo assim uma crescente capacidade de elaboração política e atuação prática tática e estratégica.

4. O SINASEFE-IFBA deve promover corajoso e cuidadoso debate sobre a construção de uma greve com o setor da Educação Federal, quiçá unificadamente com todo o setor da Educação por política de reposição salarial e itens da pauta conjunta e, principalmente, na defesa da educação pública gratuita e de qualidade. Lembrando a palavra de ordem da década de 1990: “Educação Não Rima Com Lucro”.

GEORGES SOUTO ROCHA

LUZIA MATOS MOTA

MARLENE SOCORRO

MATHEUS DOS SANTOS SANTANA

ROSA MOTA

SILVIA ELAINE DE ALMEIDA LIMA

Este documento foi elaborado baseado em tese de Elenira Vilela produzida para o 32º Congresso do SINASEFE, realizado em Brasília, D.F., abril e maio de 2018.